

Aprovada na 901ª sessão

ALADI/CR/Ata 899  
22 de junho de 2005  
Hora: 10h05m às 12h15m

ATA DA 899ª SESSÃO, ORDINÁRIA,  
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
    - Homenagem do Comitê de Representantes ao senhor Chanceler da República da Bolívia, Embaixador Armando Loaiza Mariaca, ex-Representante Permanente junto à ALADI.
  2. Estrutura orgânico-funcional da Secretaria-Geral.
    - Apresentação do Secretário-Geral do projeto de Estrutura orgânico-funcional solicitado pelo Comitê de Representantes (ALADI/SEC/Proposta 257).
    - Proposta da Representação do México. Designação dos Secretários Gerais Adjuntos (ALADI/CR/di 2030 e 2033).
    - Proposta da Representação do Peru para a implementação do processo de reestrutura orgânico-funcional da Secretaria-Geral (ALAD/CR/di 2032 e di 2032.1).
    - Proposta da Representação do Paraguai. Organograma da Secretaria-Geral (ALADI/CR/di 2036).
  3. Discussão do ponto 2 da agenda.
-

Preside:

CLAUDIA TURBAY QUINTERO

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Bernardo Calderón e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, José Amir Da Costa Dornelles, Luciano Mazza de Andrade, Roberto Goidanich, Daniela Arruda Benjamín e Luis Augusto Marfil (Brasil), Carlos Appelgren Balbontín, Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Equador), Perla Carvalho, Dora Rodríguez Romero e Marco Antonio Barrera Fuentes (México), Juan Carlos Ramírez Montalbetti, Marcelo Scappini Ricciardi e Nancy Doria de Guggiari (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Gustavo Teixeira Giraldo, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Jorge Luis Jure (Uruguay), Luisa López Moreno (Venezuela), Igor Romanchenko (Rússia), Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

---

PRESIDENTA. Neste momento já há quorum na Sala, portanto, damos início a nossa sessão ordinária número 889.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

...Começo submetendo à consideração dos senhores Representantes Permanentes a Ordem do Dia, onde temos, em primeiro lugar, uma homenagem do Comitê de Representantes ao senhor Chanceler da República da Bolívia, Embaixador Armando Loaiza Mariaca. O segundo ponto é a estrutura orgânico-funcional da Secretaria-Geral, onde serão feitas as apresentações da mesma pelo Secretário-Geral da ALADI, pela Representação do México, pela Representação do Peru e, finalmente, pela Representação do Paraguai. Depois de serem apresentadas estas diferentes propostas, realizar-se-á uma reunião para a correspondente discussão e observação.

Não havendo comentários a esta Ordem do Dia, aprova-se.

- Homenagem do Comitê de Representantes ao senhor Chanceler da República da Bolívia, Embaixador Armando Loaiza Mariaca, ex-Representante Permanente junto à ALADI.

...Começamos com o primeiro ponto que se refere à homenagem do Comitê de Representantes ao senhor Chanceler da República da Bolívia, Embaixador Loaiza.

Vou, em primeiro lugar, dizer algumas palavras, como Presidenta do Comitê desejo homenagear o Chanceler Loaiza Mariaca, através, particularmente, de sua Representação neste Comitê.

O Comitê de Representantes da ALADI se congratula com a honrosa designação que o Presidente da Bolívia, Eduardo Rodríguez, fez ao nosso colega Armando Loaiza Mariaca como condutor da política exterior de seu país.

Tenho a certeza de que nesta difícil conjuntura histórica seus méritos pessoais e profissionais, assim como sua visão como jurista, internacionalista e humanista, servirão solidamente aos interesses da Bolívia, desejamos-lhe muitos êxitos em sua gestão como Chanceler.

O Embaixador Armando Loaiza nos manifestava alguma de suas visões neste Comitê há dois anos, em março de 2003, quando se incorporava como Representante Permanente da Bolívia.

Dizia-nos como sua nação “localizada entre o Pacífico Sul, a majestosa cordilheira”, utilizando as palavras textuais dele, “o maciço andino e as “hoyas” amazônica e platense”, “de seu processo de emancipação no século XIX expressou em sua vocação integracionista”. “A Bolívia requer e apóia os processos e sistemas de integração”, contava, reconhecendo que esta vocação integracionista emana de um imperativo geopolítico. Não podem desconhecer-se, continuava dizendo, as graves limitações infra-estruturais que sofreu seu país, a mediterraneidade, sua frustrante carência do litoral marítimo.

Mencionou, inclusive, sua visão da Bolívia como país preparado para contribuir a fortalecer e dinamizar os processos de integração mediante instrumentos de intercâmbio energético.

Suas intervenções neste foro e o intercâmbio de idéias que durante estes passados 27 meses tivemos com nosso colega é o que hoje nos permite conhecer seu pensamento e reiterar sua clara vocação integracionista e internacionalista, como Ministro.

Como forma de homenageá-lo nesta sessão, queremos transmitir-lhe nossas congratulações ao Chanceler e aos membros de sua Delegação no Uruguai. Muito obrigado.

Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Bernardo Calderón). Obrigado, senhora Presidenta.

Desejo agradecer, em nome da Delegação da Bolívia, as emotivas palavras dedicadas ao Embaixador Armando Loaiza, Ministro das Relações Exteriores da Bolívia e anteriormente colega de todos os senhores.

Enviarei imediatamente as palavras dedicadas nesta sessão, reiterando que proximamente o Embaixador Loaiza solicitará, por meio da Embaixada, uma reunião do Comitê de Representantes para despedir-se pessoalmente e agradecer ter podido compartilhar tantos momentos com os senhores. Muito Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigado. O Secretário-Geral solicita a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta. Somente para aderir a suas palavras e para transmitir também, em nome da Secretaria-Geral ao Ministro Armando

Loaiza nossos cumprimentos, nosso desejo de êxitos em sua gestão e naturalmente oferecemos nossa cooperação no que à Organização compete.

Certamente sabemos de suas preocupações. Tivemos a possibilidade de conversar pessoalmente com ele nestas últimas horas e, portanto, estamos muito conscientes do desafio que enfrenta e das possibilidades que certamente ele tornará efetivas. Somente isso. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure) Obrigado, senhora Presidenta. Em nome da Representação do Uruguai, queremos aderir especialmente a estas palavras, a estas felicitações e enviar nossos desejos de êxitos, nossa solidariedade ao Embaixador Armando Loaiza Mariaca, que foi Embaixador da Bolívia no Uruguai, durante muito tempo e mantém uma boa relação com o Uruguai, a quem conhecemos como universitário, uma pessoa que estreitou e que manteve vínculos a todo nível, cultural, político, educacional, com meu país.

Portanto, em nome do Uruguai queremos manifestar ao Embaixador Loaiza toda nossa solidariedade, todo nosso apreço e reiterar nossos desejos de êxitos por esta tão honrosa designação. Obrigado, senhora Presidenta.

## 2. Estrutura orgânico-funcional da Secretaria-Geral.

- Apresentação do Secretário-Geral do projeto de Estrutura orgânico-funcional solicitado pelo Comitê de Representantes (ALADI/SEC/Proposta 257).
- Proposta da Representação do México. Designação dos Secretários-Gerais Adjuntos (ALADI/CR/di 2030 e 2033).
- Proposta da Representação do Peru para a implementação do processo de reestrutura orgânico-funcional da Secretaria-Geral (ALAD/CR/di 2032 e di 2032.1).
- Proposta da Representação do Paraguai. Organograma da Secretaria-Geral (ALADI/CR/di 2036)

PRESIDENTA. Portanto, continuamos com nossa Ordem do Dia e ofereço a palavra ao Secretário-Geral para que apresente o projeto de estrutura orgânico-funcional solicitada no Comitê.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta. A proposta de estrutura orgânica e funcional da Secretaria-Geral que apresentamos para a consideração do Comitê de Representantes foi elaborada em cumprimento do mandato contido na Resolução 282 do Comitê.

Com o propósito de que a nova estrutura da Secretaria recolhesse as sugestões das Representações Permanentes, apresentamos com antecedência, em 21 de abril, uma Proposta Preliminar (ALADI/SEC/dt 460) contendo as áreas de trabalho que, a nosso entender, derivam das funções básicas da Associação, das contidas no Artigo 38 do Tratado de Montevideu 1980, e dos mandatos do Conselho de Ministros, em particular, suas Resoluções 59, 60 e 61 (XIII) de outubro do ano passado.

No documento que submetemos à consideração do Comitê levamos em conta as propostas apresentadas por alguns países-membros e transmitidas em sua oportunidade, assim como os comentários recebidos das Representações, e opiniões dos próprios responsáveis de levar a cabo, da categoria internacional da Secretaria-Geral as funções derivadas desta nova reestrutura.

As três funções básicas da Associação, estabelecidas no Artigo 2 do Tratado de Montevideu 1980, que deverão ser levadas em conta no desenvolvimento de suas normas e mecanismos são: a promoção e regulação do comércio recíproco, a complementação econômica e as ações de cooperação econômica que coadjuvem à ampliação dos mercados.

Ao mesmo tempo, as funções destinadas à Secretaria-Geral pelo Artigo 38 do Tratado estabelecem as linhas de ação à quais a Secretaria deverá, no âmbito de sua competência, ajustar seu trabalho como órgão técnico da ALADI, outorgando-lhe expressos mandatos de caráter técnico e administrativo canalizados através de sua estrutura orgânica e funcional.

Por outro lado, a estrutura que submetemos a consideração deste Corpo, responde, basicamente, aos mandatos contidos nas Resoluções 59, 60 e 61(XIII) do Conselho de Ministros, sem prejuízo das demais normas aplicáveis a seu funcionamento.

As duas grandes áreas de ação da proposta estão relacionadas com o desenvolvimento do espaço de Livre Comércio no âmbito da Associação, assim como a importância que têm as ações de cooperação, tanto internas, como externas, para o fortalecimento do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo e, ao mesmo tempo, o apoio institucional que a Organização deve prestar a todos os países-membros.

Outrossim, propõem-se áreas de apoio técnico e administrativo necessárias para o cumprimento das funções da Secretaria-Geral, que determinam um equilíbrio de responsabilidades e uma adequada especialização dos quadros técnicos que conformarão as diferentes áreas de trabalho.

Na área de Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio concentrou-se o apoio às negociações e à aplicação dos acordos que recolhe a linha de trabalho que podemos qualificar de “Tradicional” ou clássica dentro das competências da ALADI. Outrossim, foram incorporados o que podemos denominar as “novas” linhas de ação que compreendem, por um lado, os novos temas da agenda internacional e, pela outra, o fomento da participação dos setores sociais e o desenvolvimento produtivo do setor exportador dos países-membros. Finalmente, propõe-se uma linha funcional que se encarregue dos temas de integração física e digital em setores coadjuvantes ao desenvolvimento do comércio exterior e, principalmente, ao fortalecimento da integração regional.

Nos temas considerados nas três áreas indicadas existem acordos e negociações dos países-membros e todos integram os componentes do Espaço de Livre Comércio indicados no ponto III da Resolução 59 (XIII) do Conselho de Ministros.

Na área de Cooperação e Assistência Técnica foram agrupadas as funções de apoio aos PMDERs, recolhendo os mandatos da Resolução 612 (XIII) do Conselho. Por outro lado, propõe-se criar uma área específica de cooperação e de formação que preste apoio para afiançar o papel da ALADI como foro de reflexão e de consulta dos países-membros, que organize, sistematize e faça gestões para a cooperação técnica e terceiros para apoiar as atividades da Associação e que dê maior impulso à capacitação e especialização de

funcionários dos governos membros. Finalmente, mantém-se a área de informação e de estatística cuja prioridade foi definida, oportunamente, pelo Conselho de Ministros.

Quanto às áreas de apoio técnico e administrativo se concentram as funções de assessoria técnica e jurídica na qual estarão localizados, além dos funcionários encarregados da área jurídica da Secretaria, os assessores do Secretário-Geral, que terão competências específicas definidas por este. Outrossim, inclui-se como área de apoio o Escritório das Relações Institucionais através da qual será canalizada a coordenação dos organismos de cooperação e de integração e outros, assim como a projeção da ALADI ao conjunto da sociedade latino-americana, e que por seu nível estará a cargo de um Diretor que se vinculará diretamente com o Secretário-Geral. Por último, mantém-se a Divisão Administrativa com as funções de apoio que se definem na proposta.

Na proposta foi incluído um Comitê de Coordenação que terá como finalidade planejar as atividades da Secretaria-Geral, avaliar seus resultados e contribuir à definição das políticas que garantam eficiente cumprimento de suas funções.

Saliento que neste Comitê participarão aqueles que ocupem o segundo nível no esquema geral que determinará, em sua oportunidade, o Comitê.

Levando em conta a experiência adquirida nos últimos anos, das funções permanentes que deve cumprir a Secretaria-Geral e do novo papel da ALADI estabelecido na Resolução 60 (XIII) do Conselho de Ministros, optamos por apresentar uma proposta que define as funções gerais que deve cumprir cada uma das áreas da estrutura, sem que diminua a flexibilidade necessária para a execução dos orçamentos por programas.

Neste contexto, as prioridades que definam os órgãos políticos da Organização, serão atendidas pelas áreas correspondentes mediante projetos específicos que tenham objetivos, metas e cronogramas definidos. Esses projetos poderão envolver uma ou mais áreas da Secretaria e terão um responsável direto de sua execução.

Por essa razão, não consideramos conveniente desagregar níveis estruturais abaixo dos Departamentos por entender que isso introduziria uma rigidez não desejável na disponibilidade dos recursos humanos da Secretaria e impediria uma projeção funcional mais ampla dos mesmos.

Em síntese, propomos uma estrutura orgânica e funcional que compreenda e reflita as obrigações da Secretaria-Geral e, ao mesmo tempo, outorgue flexibilidade suficiente para encarar as prioridades emergentes dos mandatos dos órgãos políticos contidos nos orçamentos por programas da Associação.

Por outro lado, e tal como nos solicitou a nota da Mesa do Comitê, anexamos à proposta os perfis dos cargos do segundo nível hierárquico, e os custos desse nível e dos responsáveis pelos Departamentos.

Em relação a este nível de funcionários internacionais, adotou-se como critério que os dois cargos do segundo nível passarão a cumprir funções executivas e estarão compreendidos na representatividade geográfica prevista no Artigo 2 da Resolução 255.

Esses cargos continuam com o mesmo salário-base com as seguintes bonificações: moradia em lugar de ser uma quantia fixa será de 15% do salário-base e quanto às despesas de Representação de acordo com o definido pelos Chefes de Representação, substitui-se a parcela fixa que fazia parte do salário por uma parcela única de despesas de

US\$ anuais a partir de 1º de janeiro de 2006, que somente poderá ser utilizada apresentando as contas, com autorização prévia do Secretário-Geral e quando atuem em Representação deste. Para a aplicação deste critério no que resta do ano 2005, a parcela necessária para o segundo semestre é de US\$ 2.400 e propõe-se a utilização do atual subitem “Despesas de Representação” nas condições antes mencionadas.

Com relação ao terceiro nível de funcionários internacionais são eliminados dois cargos, ficando de 12 funcionários 10. Outrossim, propõe-se uma escala de salários justa e razoável que garanta a imprescindível idoneidade técnica destes funcionários e sua capacidade adequada para responder aos novos desafios da ALADI, levando em consideração a redistribuição de tarefas e as responsabilidades previstas na proposta de reestrutura apresentada para o caso de que esta seja adotada.

Este terceiro nível estará integrado por 6 Chefes de Departamento e um Diretor do Escritório das Relações Institucionais com o mesmo nível de salário, e 3 funcionários que integrarão os departamentos técnicos, sem responsabilidade de direção e, portanto, com um nível salarial inferior.

Finalmente, em relação ao custo da nova estrutura, a proposta produziria uma redução no item “Salários” para o orçamento do ano 2006 aproximadamente de US\$ 138.000. No tocante a este ano, o primeiro semestre foi executado com o orçamento aprovado pelo Comitê, a economia resultante no final do exercício seria naturalmente inferior.

Desta maneira, senhora Presidente, senhores Representantes e Delegados, a Secretaria submete à sua consideração esta proposta que, certamente, à luz de sua análise e das demais propostas da senhora Presidenta sejam consideradas na manhã de hoje, permita percorrer este caminho de reestruturação, dando cumprimento ao mandato da Resolução 60 (XIII) do Conselho de Ministros e com isso colocar a Secretaria em condições plenas de funcionamento.

É tudo quanto tenho para dizer no momento. Obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Agradecemos ao Secretário-Geral a apresentação de sua proposta e antes de dar a palavra à Delegação do Peru, desejaria recordar a metodologia acordada para a sessão de hoje e é a necessidade de poder ter uma visão global e completa e permitir, em primeiro lugar, que cada Delegação faça sua apresentação para depois realizar, com base nelas, toda a discussão e possamos continuar avançando.

Nesta ordem de idéias, corresponde à Delegação do México fazer sua apresentação, mas antes vou dar a palavra à Delegação do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Obrigado, senhora Presidenta. Somente para recordar que as apresentações no caso do México, do Peru e do Paraguai, já foram efetuadas a nível de Chefes de Representação e, portanto, queria, nesta oportunidade, referir-me concretamente à apresentação que acaba de efetuar o Secretário-Geral e que está vinculada à apresentação de nossos documentos.

Por isso, desejo fazer uso da palavra nesse sentido, a fim de não falar sobre o que já dissemos.

PRESIDENTA. É importante, para que fique registrado em nossa sessão, a apresentação em atas de cada Delegação, a fim de que seja conhecida a proposta no Comitê.

A discussão ampla, realizou-se, evidentemente, em reunião de Chefes, mas considero oportuno fazer uma apresentação para que na ata desta sessão fique registrada a proposta exposta por cada Delegação.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Nesse sentido, solicitaria, então, formalmente, porque sou amante do breve, imagino novamente voltar a discutir todos os temas discutidos em Chefes de Representação, assinalar o que a Delegação peruana, a documentação que fornecemos por escrito, faça parte desta ata, e não discutir todo novamente porque, obviamente todos o tem por escrito. Consideramos que seria suficiente incluir nesta ata, como anexo à documentação<sup>1</sup> apresentada pelo Peru sobre esta matéria.

PRESIDENTA. Está bem, conheço então a posição do Peru. Desejo perguntar às outras Delegações, especialmente à do México e à do Paraguai, se estão de acordo com esta posição ou desejam fazer uso da palavra.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Obrigado, Presidenta.

Não tive oportunidade de fazer a apresentação completa em Chefes de Representação, portanto, desejaria aproveitar esta oportunidade para apresentar a posição do México e, de antemão, agradecer a nosso Secretário-Geral pela sua apresentação, da qual, logicamente, faremos os comentários correspondentes quando corresponder.

Em relação à proposta do México nossa Representação, em 8 de junho comunicou ao Comitê de Representantes a opinião que merece a nossa Consultoria Jurídica o Relatório Jurídico-Institucional da Secretaria-Geral. Por conseguinte, é conhecido por todos.

Deixando de lado as interpretações jurídicas, considera-se necessário assinalar que as Resoluções aprovadas pela XIII Reunião do Conselho de Ministros marcam o início de uma nova etapa do processo de integração, fundamentalmente, pela conformação de um Espaço de Livre Comércio (ELC). Portanto, o Comitê de Representantes deverá adotar as medidas destinadas a alcançar esse objetivo, Por conseguinte, é necessário desenvolver as ações que permitam elaborar o projeto de programa para a conformação do ELC, em conformidade com as bases que para esses efeitos aprovou o Conselho de Ministros, assim como para cumprir os mandatos dessas Resoluções do Conselho.

Esse programa deveria conter disposições sobre o seguinte:

- a) alcance e cobertura do ELC, tanto em termos de produtos quanto de normas;
- b) análise da atual situação –compromissos adotados pelos países-membros em seus acordos-;
- c) definição das etapas; e
- d) elaboração da proposta que seria submetida à aprovação do Conselho de Ministros.

---

<sup>1</sup> Anexos ALADI/CR/di 2032 e di 2032.1.

Por outro lado, o Artigo Oitavo da Resolução 60 (XIII) estabelece que “deverá adequar sua estrutura organizacional às prioridades e funções a cumprir nesta nova etapa”. Reiteramos: prioridades e funções referentes, fundamentalmente, à conformação do ELC. “Para tanto, será preciso realizar ajustes que permitam uma maior eficiência, a racionalização das despesas e a sustentabilidade financeira da Associação”. De conformidade com o estabelecido por esse artigo da Resolução 60, “Os ajustes deverão compreender, entre outros, os seguintes aspectos”.

- 1) Uma fórmula para a solução definitiva do endividamento dos países com a ALADI e um sistema de financiamento que garanta seu adequado funcionamento.
- 2) Reformulação da estrutura orgânico-funcional da Secretaria-Geral, incluindo a revisão dos cargos e funções, considerando as disposições da Resolução 255 do Comitê de Representantes.”

O Governo do México entende que os ajustes aos que se refere a disposição antes indicada devem ser feitos a partir do momento em que seja definida a orientação que será dada ao processo, já que somente nesse momento poderão conhecer-se os ajustes que seriam necessários. Cabe manifestar que o mandato do Conselho de Ministros diz textualmente “deverá adequar sua estrutura organizacional às prioridades e funções a cumprir nesta nova etapa”; isto é, os ajustes não necessariamente poderão referir-se exclusivamente ao órgão técnico.

As Resoluções da XIII Reunião do Conselho de Ministros foram aprovadas por todos os países-membros da ALADI. O México assumiu esse compromisso e está disposto e empenhado em cumpri-lo. Para tanto, consideramos indispensável contar com uma Secretaria-Geral que tenha definida sua cúpula, isto é, Secretário-Geral e Secretários-Gerais Adjuntos, a fim de que possa apoiar o desenvolvimento dos trabalhos do Comitê de Representantes que permitam cumprir com os mandatos do Conselho de Ministros, que possibilitará definir os ajustes necessários.

Resumindo: Desde que foi proposta a reestrutura da cúpula da Secretaria-Geral, não se obteve consenso. O Artigo Oitavo da Resolução 60 (XIII) do Conselho de Ministros tem mais de uma interpretação jurídica, fundamentalmente em relação ao alcance das encomendas, pelo que não considero conveniente limitar-nos a essa discussão.

Talvez deveríamos focalizar nossa atenção nos objetivos que essa reestrutura pretende: isto é: “prioridades e funções a cumprir nesta nova etapa... ajustes que permitam uma maior eficiência, a racionalização de despesas...”

As prioridades estão apresentadas nas Resoluções do Conselho de Ministros, fundamentalmente o Espaço de Livre Comércio e os países de menor desenvolvimento econômico relativo.

As funções estão dentro das “básicas que deve cumprir a Associação em conformidade com o Tratado de Montevideu 1980”, com a meta do Espaço de Livre Comércio, projeto ambicioso que requer de uma Secretaria-Geral tecnicamente sólida em todos seus níveis.

Devemos inserir a Associação no mundo. Por conseguinte, o segundo nível deve manter hierarquia e categoria na cúpula no se que se refere à própria Associação como com os países-membros Observadores, demais países e organismos internacionais.

A maior eficiência é um objetivo que a Secretaria-Geral deve cumprir em seu conjunto com base em metodologias de trabalho e supervisão adequadas a todos os níveis.

A racionalização de despesas, também, compreende toda a Secretaria-Geral em seu conjunto.

Por conseguinte, não parece lógico que diminuindo a hierarquia e o nível de ingressos do segundo nível sejam alcançados os objetivos projetados.

O Governo do México, com base na importância que sempre lhe conferiu ao processo de integração, com o reconhecimento da tarefa que a Associação deve cumprir, e colocando seus compromissos financeiros com a Associação entre suas prioridades, apresentou a candidatura do Licenciado José Rivera Banuet para ocupar um dos cargos da Secretaria-Geral Adjunta.

Portanto, com o ânimo de definir esta situação e dedicar-nos aos trabalhos que requer o Espaço de Livre Comércio, assim como à análise que em seu momento deverá ser realizado para definir a reestrutura da Secretaria-Geral, esta Representação solicitou realizar a votação correspondente para escolher os Secretários-Gerais Adjuntos.

Desejaria solicitar à Secretaria-Geral que distribuísse este documento que li como um documento da Associação. Obrigado.

PRESIDENTA. Agradeço à Delegação do México sua apresentação de proposta e tem a palavra a Delegação do Paraguai.

Para fazer a apresentação corresponde a intervenção ao Peru e depois ao Paraguai, mas o Paraguai já solicitou a palavra.

Representação do PARAGUAI (Juan Carlos Ramírez Montalbetti). Muito obrigado, Presidenta. Preferiria que o senhor Representante do Peru fizesse a apresentação de seu tema porque desejo referir-me às duas coisas, à proposta do Secretário-Geral e a uma comparativa que tenho em relação a essa, assim que preferiria, por muitas razões e por respeito à ordem proposta pela Presidência, que o Representante do Peru fizesse uso da palavra neste momento.

PRESIDENTA. Muito Obrigado, tem a palavra a Delegação do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Agradeço a meu distinto colega sua gentileza e vou procurar ser como, como disse, o mais breve possível, para não tratar a análise feita detalhadamente, já que foi feita a documentação apresentada pela minha Representação.

Para iniciar minhas palavras desejaria agradecer, em primeiro lugar, o Secretário-Geral pela apresentação de sua proposta da estrutura orgânico-funcional da Secretaria-Geral.

Minha Representação coincide plenamente com a necessidade de contar com uma estrutura organizacional flexível para fazer frente aos desafios da nova conjuntura internacional e em especial aos processos de convergência de nossa região mediante os diferentes esquemas sub-regionais de integração, a construção progressiva da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN) e os acordos para o estabelecimento de zonas de livre comércio recentemente assinados.

A esse respeito, desejaria recolher de sua apresentação, senhor Secretário-Geral, as áreas que deve priorizar a ALADI e que foram mandatos muito claros emanados do último Conselho de Ministros, isto é, o desenvolvimento e aprofundamento do Espaço de Livre Comércio no âmbito da ALADI, o fortalecimento do sistema de apoio aos PMDERs e o que consideramos também muito importante, o adequado suporte institucional que devem receber todos os países-membros.

Neste sentido a proposta apresentada por minha Representação para a implementação da Resolução 60 (XIII) emanada de Décimo Terceiro Conselho de Ministros, recolhida no documento ALADI/CR/di 2032 e cujos fundamentos figuram no documento ALADI/CR/di 2032.1 se complementa perfeitamente com o objetivo de fortalecer institucionalmente a ALADI outorgando extrema prioridade justamente às áreas anteriormente mencionadas e ademais levando em conta a urgente necessidade de acrescentar e consolidar a presença de nossa Organização frente aos diferentes processos de integração regional como são o Grupo do Rio, a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), o IIRSA, CAN-MERCOSUL, etc., para o qual a ALADI deverá ajustar-se, do ponto de vista administrativo a fim de torná-la viável e funcional. Por isso nossa proposta, que reiteramos nesta oportunidade ao ressaltar as três áreas antes mencionadas devem ter o mesmo nível, isto é, falamos da criação de três direções executivas e por isso não vou falar muito sobre os argumentos que sustentam nossa posição já que eles, reitero, estão claramente expressados nos documentos anteriormente citados e por isso solicitamos, mais uma vez, à Presidência, que estes documentos que mencionei nesta breve intervenção façam parte desta Ata a fim de ficarem oficializados. Obrigado.

PRESIDENTA. Assim se fará, cada uma das apresentações que estão sendo feitas aqui ficará registrada na Ata e igualmente serão distribuídas às Representações. Tem a palavra a Delegação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Juan Carlos Ramírez Montalbetti). Muito obrigado, Presidenta, Bom dia a todos. Escutamos com muita atenção a proposta do Secretário-Geral que recolhe, repito, em geral todas nossas deliberações e nossas coincidências expressadas nas reuniões de Chefes de Representação.

Há três propostas sobre este tema, a do México, a do Peru e a do Paraguai e uma que não foi oficializada porque foi manifestada em Reunião de Chefes de Representação que foi a da Cuba. Algumas delas coincidem em alguns temas e em outros, evidentemente, há algumas diferenças. De qualquer maneira todas elas procuram definir uma estrutura orgânico-funcional para a ALADI dos próximos anos e de acordo com os desafios que nos propuseram e que nós temos assumido.

Nós apresentamos algumas considerações que pretendem ser uma contribuição da visão que temos sobre este tema mais que uma tese. Não pretendemos que seja uma alternativa à do Secretário-Geral ou às outras. Porém, cremos que é uma quantidade de idéias para serem submetidas à discussão até definir a estrutura definitiva. Peço desculpas porque a proposta oficializada realmente foi apresentada na Reunião de Chefes de Representação não foi elaborada como as outras propostas, mas creio que se entende claramente no sumário nossa intenção ao apresentar esta proposta.

Coincidimos com o senhor Secretário-Geral na forma como foi encarada a área do Espaço de Livre Comércio. Cremos também que foram reduzidos dez departamentos. Alguns deles passaram a ser dependentes diretos do Secretário-Geral porque, evidentemente, se nos propomos buscar a eficiência, diminuir o orçamento em alguns departamentos a proposta do Secretário-Geral nos satisfaz plenamente.

Por outro lado, e esta é nossa proposta, estou consciente da coincidência que temos com a Representação do México com relação ao tema do PMDERs. Aspiramos a que a outra área, definida como de cooperação e assistência técnica, assim designada na proposta do senhor Secretário-Geral se transforme em uma área de desenvolvimento dos PMDERs, ajustando-se dessa forma à letra da Resolução 61 (XIII). Somos conscientes que é uma aspiração ambiciosa e sabemos que da criação da ALADI, a área de apoio aos PMDERs contou com uma unidade técnica e administrativa equivalente à dos departamentos. Esperamos um pronunciamento das demais Delegações sobre este ponto em particular.

Por outro lado, pensamos que a criação e a necessidade de contar com um departamento de cooperação e, especialmente, relativa à capacitação de nossos quadros técnicos creio que está ajustada às necessidades e a proposta do Senhor Secretário-Geral é nesse sentido.

Por outro lado, as funções de administração, relações institucionais, comunicações, estatística, biblioteca são funções de apoio à estrutura, portanto, a localização delas também é correta do ponto de vista de falar de Chefia e não de direções ou de departamentos, esclarecendo que na linguagem que utilizamos no Paraguai, do ponto de vista administrativo, um departamento coincide com uma Direção e uma Chefia é uma categoria ainda inferior, uma unidade pequena, por isso falo de Chefias e de Departamentos ou de Direções para tratar de homologar um pouco as designações às que nos estamos referindo, já que há outra proposta que fala de Direções Executivas, então tratar de evitar entender, de modo ambivalente, esta nomenclatura que estamos utilizando.

O tema das relações institucionais e as comunicações representam uma área de trabalho da maior importância na Secretaria-Geral. Através delas surgirá um relacionamento fluído e permanente com os organismos de integração e de cooperação da região, assim como evidentemente com o Grupo do Rio, a Comunidade Sul-Americana, essa localização e os objetivos que propõem creio que estão absolutamente justificados.

Senhora Presidenta, reitero novamente, nossa contribuição não pretende substituir outras propostas, é uma contribuição ao debate que estamos tendo e, portanto, estamos explicitando os pontos de vista que mantemos em relação à fundamentação da proposta e principalmente pensamos que também está enquadrada nos acordos realizados em nossas reuniões anteriores.

Não vou referir-me à jurisdição ou não da eliminação dos Adjuntos porque já nós, em nossa reunião tínhamos coincidido em manter um segundo nível onde a nomenclatura estava submetida à decisão deste plenário. Os senhores poderão observar que na proposta utilizo a expressão subsecretários com a qual creio que estamos coincidindo alguns dos senhores Representantes.

Em relação à flexibilidade, creio que é uma questão à qual deveríamos dar importância superlativa porque, precisamente, os ajustes que se propõe estão relacionados com as Resoluções 59, 60 e 61 (XIII), mas acima disso, no futuro haverá outros desafios que considero surgirão em muito breve prazo. Não excludo a possibilidade de que quando falemos da Comunidade Sul-Americana de Nações a ALADI tenha um papel decisivo no impulso desta iniciativa. É um tema a ser discutido, mas não descarto que o elemento flexibilidade nos sirva para os objetivos estabelecidos pelos Ministros, mas, talvez, muito em breve, devamos falar também em outros termos. Isso é tudo. Muito obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito Obrigado à Delegação do Paraguai por sua intervenção. Tem a palavra a Delegação da Argentina.

3. Discussão do ponto 2 da Agenda

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta, com a intenção de que fique registro formal, desejaria, por favor, que a Presidência incorporasse, em breve, o papel que em seu momento foi aprovado na reunião de Chefes de Representação, de 2 de junho de 2005. Não leio o documento porque já todos o conhecem.

Vinculado com isto, em primeiro lugar, desejo agradecer à Secretaria-Geral a apresentação de seu relatório. Vou reiterar, mais uma vez, que a Delegação argentina considera que este é um tema que devemos resolver rapidamente e que estamos preparados para encontrar um modo de consenso de tudo isto.

Não me parece que haja diferenças substanciais neste cenário depois de escutar a proposta do Secretário-Geral e as apresentações da Delegação do México, do Peru e do Paraguai.

Desejo destacar que considero necessário, além de útil, o critério de flexibilidade exposto na proposta do Secretário-Geral. Considero que as propostas de modificação de alguns itens orçamentários não é contrária ao critério de representatividade manifestado pela Representação do México e que compartilhamos, e que apóia o critério de transparência e adequada utilização dos recursos que estivemos reclamando todos os membros do Comitê. O fato de que seja eliminado o critério de despesas de Representação para passar a integrar uma parcela geral de despesas protocolares, creio que isto se compatibiliza totalmente com os pontos que tínhamos aprovado naquela reunião e, com franqueza, talvez considere que a apresentação do Paraguai tem um atrativo que é que nesse segundo nível seja destacada a importância que estamos dando aos países de menor desenvolvimento relativo.

Isto não significa, de nenhuma maneira, que faça objeções à estrutura apresentada pelo Secretário-Geral. Simplesmente estou pensando em voz alta, não estou propondo nada. Simplesmente estou fazendo um debate geral, que como há uma área denominada “Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio”, poderia denominar-se a segunda área, sem que isto implique não ter outra dependência sob sua jurisdição, uma espécie de área de “Apoio aos PMDERs e de cooperação e assistência técnica”. Eu unificaria os dois nomes, que não significa que abaixo não existam departamentos especializados, simplesmente o sentido disto é para recolher a preocupação do Paraguai e para que nós, simultaneamente, estejamos mandando um sinal de preocupação, em particular para os PMDERs. Por enquanto somente isso.

PRESIDENTA. Muito obrigado à Delegação da Argentina e com muito prazer registraremos o documento aprovado em 2 de junho na Ata.

“ESTRUTURA DA SECRETARIA-GERAL

Papel aprovado por unanimidade na Reunião de  
Chefes de Representação de 2 de junho de 2005

1. Temos mandato de racionalizar a ALADI e adequá-la a seus novos papéis.

2. As funções e a eficiência deve marcar o critério para cobrir os cargos, respeitando a adequada Representação de todos os países-membros.
3. É conveniente a existência de um segundo nível de dirigenciamento na estrutura.
4. Esse nível deve ter responsabilidades concretas na direção da Secretaria-Geral e cobrir o perfil necessário para atender as diferentes áreas.
5. Teria uma retribuição justa e razoável para o cargo. Nenhum nível terá parcelas individuais para despesas de Representação, que seriam fixadas como um montante global.
6. Em relação à denominação propuseram-se “subsecretários/diretores executivos”.
7. Conforme as normas vigentes deverão ser aprovados pelo Comitê de Representantes.
8. Procurar-se-á reduzir custos fixos de pessoal para poder dotar a ALADI de capacidade de execução de programas.
9. O cargo de Secretário-Geral e os cargos de segundo nível serão considerados parte das quotas nacionais na distribuição de cargos internacionais, sem que isto implique uma definição sobre a quantidade de cargos internacionais a serem preenchidos.
10. Esta proposta se apresenta para o período 2005-2008. Nesse período o Comitê de Representantes reexaminará estes temas em todos seus aspectos.”

... Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, senhora Presidenta, queria, em primeiro lugar, agradecer ao Secretário-Geral a apresentação de sua proposta para este Comitê, como tinha sido solicitado a semana passada. Creio que a proposta que tomamos conhecimento, as explicações do Secretário-Geral nos ajudam muito a avançar neste interesse comum que temos de chegar a uma definição sobre a nova estrutura da ALADI.

Agradeço também as Delegações do México, do Paraguai e do Peru – na realidade, escutamos, sua apresentação bastante completa, em uma reunião informal –mas lhes agradeço ter apresentado suas propostas ao Comitê.

À primeira vista, sem avançar em uma definição de posição sobre a proposta do Secretário-Geral que deveremos ler à luz das novas apresentações feitas, diria que ela concorda com o papel consensuado, por unanimidade, pelos Representantes Permanentes, na reunião de Chefes de 2 de junho que agora, muito oportunamente, introduziu o Representante da Argentina. Considero que do ponto 1 ao ponto 9, a proposta do Secretário-Geral está conforme. Não há uma menção ao ponto 10 do nosso consenso que era uma sugestão, se bem lembro, da Delegação de Cuba, que tomássemos no Comitê uma decisão sobre uma proposta que teria validade pelo período 2005-2008. Isso é a temporalidade da decisão que pensamos tomar. Isso creio que não está refletido na proposta do Secretário-Geral, mas à primeira vista todos os outros pontos, do 1 ao 9, estão ajustados ao que nos propôs o Secretário-Geral.

Queria fazer um comentário sobre a proposta que acaba de apresentar-nos o Paraguai, assim como o Representante da Argentina. Creio que é muito útil valorizar a posição dos PMDERs no âmbito da ALADI. É um dos temas centrais desta Organização, inclusive ao ponto de merecer uma Resolução específica sobre o tema. O que não desejaria é separar totalmente os PMDERs do desenvolvimento do ELC. Digo não desejo que os PMDERs sejam tratados de forma separada do tema de desenvolvimento do ELC ao qual nos propomos. Muito Obrigado.

PRESIDENTA. Muito Obrigado à Delegação do Brasil e tem a palavra a Delegação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure). Obrigado, senhora Presidenta, desejamos também agradecer as colaborações das Delegações do México, do Peru, e do Paraguai que realmente, como manifestamos em reunião de Chefes de Representação, fornecem novos elementos que foram recolhidos nesta proposta da Secretaria-Geral. Felicitamos, especialmente, ao senhor Secretário-Geral e à Secretaria e, obviamente, deveremos fazer um estudo mais pormenorizado da mesma.

Em todo caso, sem prejuízo de um estudo posterior, temos feito uma primeira aproximação à proposta que consideramos muito equilibrada e, obviamente, entendemos que a mesma atende diferentes necessidades de funções a cumprir pela Secretaria e equilíbrios que são necessários dentro da Associação.

Alguns pontos que nos permitimos indicar, digamos sem prejudicar, de um estudo mais pormenorizado que têm a ver, justamente, com a possibilidade –nisto coincidimos com a Delegação da Argentina- de que a área de cooperação e assistência técnica seja denominada para marcar o especial interesse da Associação na integração e no desenvolvimento dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, área de PMDERs e assistência técnica ou cooperação e assistência técnica.

Também vemos que há dois departamentos que realmente têm funções muito substantivas, possivelmente, funções que requeiram um trabalho intensivo, que são os departamentos de Acordos e Negociações e o departamento de Promoção do Comércio e Desenvolvimento da Competitividade.

Simplesmente como contribuição à discussão e pensando na possibilidade de que todos os departamentos tenham certa distribuição de tarefas eqüitativa, queremos propor duas coisas; em princípio, com relação ao que deve ser o princípio de flexibilidade que deve permitir à Secretaria-Geral, no âmbito aprovado pelo Comitê de Representantes, uma determinada adaptação ao desenvolvimento da tarefa da Associação, a possibilidade de que, dentro das funções aprovadas pelo Comitê de Representantes para cada um dos departamentos, essas funções possam, de alguma maneira, serem adaptadas às diferentes chefias dos departamentos na medida em que a Secretaria-Geral e o Comitê tenham a percepção de que essas tarefas adquirem um papel importante que escapa à tarefa prevista de determinado departamento.

Enfim, penso que devemos estudar como refletir este princípio da flexibilidade dentro da estrutura da Secretaria para permitir que a Secretaria, obviamente, dentro dos limites aprovados pelo Comitê de Representantes, tenha um pouco de flexibilidade para a distribuição das tarefas aprovadas nos diferentes departamentos. Por exemplo, pensamos que a participação dos setores da sociedade civil pode, em algum momento, adquirir relevante importância e ocupar grande parte do trabalho do departamento de promoção de comércio, que já tem uma tarefa substantiva, que certamente demandará um trabalho intensivo.

Poderia, talvez, ser estudada que esta participação da sociedade civil integre o terceiro departamento, essa área que, neste caso, está dedicada à integração física e digital. Isto não constitui uma proposta, mas um exemplo de como podemos equilibrar a tarefa dos diferentes departamentos para que seja eqüitativa na intensidade do trabalho que enfrenta.

Basicamente, gostaríamos que no escritório de relações institucionais na Resolução e no Regulamento estivessem refletidos os nomes do MERCOSUL e da Comunidade Andina de Nações e, certamente, também alguma redação que reflita o acompanhamento da vinculação destes esquemas de integração com os outros países da ALADI que não fazem parte dos mesmos, especialmente pensando no México e na Cuba.

Por enquanto só isso, sem prejuízo de uma análise posterior. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado à Delegação do Uruguai, e desejo recordar que estamos em capacidade de dar uma resposta a todos os documentos. Isto é, a idéia neste momento é a integração das propostas apresentadas pelo Secretário-Geral e pelos países.

Portanto, para agilizar e para focalizar nossa posição convido os senhores para que sejamos integradores nesse sentido, se consideram que têm algo para manifestar nesse sentido.

Tem a palavra a Delegação do Equador.

Representação do EQUADOR (Leonardo Carrión Eguiguren). Obrigado, Presidenta. Desejo aderir às expressões das Delegações para agradecer o Secretário-Geral por sua proposta e às demais Delegações pelas propostas individuais que cada um apresentou.

O Governo equatoriano elaborou uma proposta muito mais ambiciosa que a que estamos discutindo agora e muito mais inovadora, e também coincidimos com a posição expressada por quase todas as Delegações sobre a necessidade urgente de finalizar este processo. Neste momento queremos limitar-nos a apresentá-la, desde que possamos acordar que a estrutura atual que seria aprovada nos próximos dias para o funcionamento da Secretaria-Geral, seria nos termos propostos pela Cuba e mencionados pelo Brasil, temporário pelo período 2005-2008, no qual nos comprometamos a analisar muito mais amplamente um processo de reestrutura da ALADI.

Como disse a Delegação do México, aqui estamos falando de algo muito mais que o próprio aparelho técnico-administrativo e poder avançar em uma reforma global da Organização, que possa permitir-nos, nos próximos três anos, acomodá-la pela experiência do processo que estamos vivendo aos mandatos e desafios dos próximos anos, que são muito importantes.

Então, desejo mencionar isso. Sobre o tema da proposta pontual do Secretário-Geral, não temos, em geral, importantes objeções, pequenas coisas que enviaremos, já que o Equador opina que devemos dar ao Secretário-Geral a ferramenta necessária para que possa cumprir com seu mandato e depois exigir-lhe que nos informe sobre o cumprimento do que nós dispusemos. Nessa parte queremos apoiar a proposta do Secretário-Geral. Oportunamente faremos pequenas observações, mas não temos nenhuma objeção importante. Obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigado à Delegação do Equador. Tem a palavra Cuba.

Representação da CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito Obrigado, senhora Presidenta.

No mesmo sentido, a Representação da Cuba agradece a proposta apresentada pelo Secretário-Geral, assim como as apresentadas pelo Peru, pelo México, pelo Paraguai e as observações que adiantaram algumas Representações.

Indiscutivelmente, em determinados momentos vão confluir na conformação finalmente de uma estrutura da Secretaria. Consideramos interessante que a Representação do Equador tenha mencionado um dos aspectos indicados pela Cuba porque o Paraguai mencionou que existia uma posição de Cuba. Efetivamente, a Cuba fez várias propostas, não de forma escrita, com o ânimo, precisamente, de que não se transforme em uma posição da Cuba, mas de contribuir, na medida em que iam surgindo as discussões informais e formais, para que se possam ir incorporando. E como manifestou o Equador, consideramos que neste momento cumpriu um pouco com esse papel de ir contribuindo a superar um pouco os impasses apresentados.

Nós, a diferença do Equador, não temos uma estrutura para depois de 2008, mas neste momento sim consideramos efetivamente que tanto o documento 460 apresentado pela Secretaria, sobre o qual tivemos pronunciamentos imediatos de nossa capital muito favoráveis, que se ajustavam aos mandatos que recebemos do Décimo Terceiro Conselho e agora estamos estudando a proposta. Não temos uma redação imediata, mas consideramos que, efetivamente, é uma proposta que faz uma contribuição para este período, que marcamos como um período de necessária transição – digamos- “suave”, para outros caminhos que, um pouco está coincidindo com a proposta do México de que quando tenhamos estabelecido, definido para onde vamos e o que queremos fazer, como poderemos chegar a outras mudanças, tanto em matéria de estrutura da Secretaria como do próprio funcionamento da ALADI, mas consideramos que para este momento a estrutura proposta pelo Secretário-Geral com as contribuições que surgirão poderemos fazer, perfeitamente, essa estrutura que não temos por que dizer que é de transição, é a estrutura com a que trabalharemos até termos definido todos os aspectos.

É a contribuição que queremos fazer neste momento. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Agradeço a Delegação da Cuba sua intervenção e tem a palavra a Delegação da Bolívia.

Representação da Bolívia (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhora Presidenta.

Em primeiro lugar, queria agradecer a proposta apresentada pelo Secretário-Geral, assim como as propostas do Peru, do Paraguai e do México, que considero importantes contribuições para as deliberações pontuais. Desejaria coincidir com a apreciação feita pelo Brasil no sentido de que a proposta do senhor Secretário-Geral se enquadra, em linhas gerais, nos consensos adotados em 2 de junho,

Por outro lado, também desejaria referir-me à proposta específica do Paraguai. Entendo que sua proposta está orientada a ressaltar um pouco mais os países de menor desenvolvimento econômico relativo. Nesse sentido, também creio que a contribuição feita pela Argentina de mudar o nome da área, que se denominaria desenvolvimento dos PMDERS e cooperação e assistência técnica, parece coerente com os departamentos que existiriam, conforme a proposta do senhor Secretário-Geral. Portanto, poderia ser uma forma de recolher a preocupação da Representação do Paraguai compartilhada, também, pela Bolívia.

Por outro lado, considero que a sugestão da Argentina no sentido de que esta área esteja vinculada com o Espaço de Livre Comércio é importante no sentido de que a Área dos PMDERS, assistência técnica e cooperação, não se limite, unicamente, à cooperação e assistência técnica, deveria abranger outros aspectos mais substantivos, que tem a ver com o Espaço de Livre-Comércio. Esta área deveria apoiar os PMDERS no processo de harmonização e convergência que serão apresentados. Esta proposta está enquadrada na

Resolução 59 (XIII) no que se refere a enfatizar o caráter sistêmico do tratamento diferenciado. Por conseguinte, a Representação da Bolívia considera que esta proposta poderia ser ligada ao ELC, conforme proposto pela Argentina e creio que é muito pertinente.

Por enquanto, isso seria o que desejo manifestar. Depois, certamente, poderemos fazer alguns outros comentários sobre outros temas mais específicos. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado à Delegação da Bolívia e ofereço a palavra à Delegação do Chile.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Muito Obrigado, senhora Presidenta.

Em primeiro lugar, desejaria aderir aos agradecimentos às Delegações do México, do Paraguai e do Peru pela sua contribuição que, sem dúvida, é valiosa, e ao senhor Secretário-Geral pelo documento 257 que é uma contribuição, a nosso juízo, objetiva e real ao debate que estamos realizando, sem prejuízo também de ter uma opinião mais apurada, depois de receber o parecer de minha Chancelaria, especialmente em relação a algumas dúvidas de caráter jurídico apresentadas, relacionadas com as funções e distribuições, tanto do Secretário-Geral como de algumas das partes da institucionalidade que se propõe no documento, gostaria de emitir uma opinião mais fundamentada.

Porém, desejo como contribuição mais prática nesta oportunidade, simplesmente dizer que a elaboração de documentos, de propostas sobre a estrutura, nesta etapa, a nosso juízo, não contribuirá muito, se não é no contexto do que já está sendo discutido e por isso pediria que fizéssemos um esforço de enquadrarmos, de contextualizar nossas contribuições ao que já estamos discutindo. A elaboração de documentos de trabalho creio que pode provocar uma dilação em nossas deliberações, o que nos levará a adiar, no tempo, as necessárias decisões que devemos tomar em relação à nova estrutura.

Nesse sentido, vou-me abster de apresentar o documento que tinha preparado, senhora Presidente, para ser conseqüente com o que acabo de manifestar, mas desejo reservar-me o direito no futuro. Muito Obrigado.

PRESIDENTA. Agradecemos à Delegação do Chile sua intervenção e desejaria manifestar o seguinte: observamos que há algumas posições muito parecidas quanto a que é necessário ... Perdão, tem a palavra a Delegação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigado. Com o ânimo de também contribuir com algumas idéias, logicamente, sem prejuízo de uma posterior opinião que tem a ver com uma consulta que também fizemos a nossa Chancelaria, no momento que recebemos o documento, que agradecemos, que apresentou a Secretaria-Geral com alguns elementos que em outras oportunidades tínhamos solicitado e com alguma informação adicional.

Em princípio queríamos reiterar algumas coisas que na primeira apresentação feita pelo Secretário tínhamos dito e, além disso, revisando pela segunda ou pela terceira vez o documento em seu formato geral, a primeira vista nos parece que a proposta como está apresentada expressa um pouco de desequilíbrio em termos das duas áreas, que apresenta a proposta. Digo isto pensando nos processos substantivos que deve levar a ALADI segundo o mandato do Conselho de Ministros passado e que, de alguma maneira, faz coincidir esta apreciação com algumas das menções feitas por outras Representações.

Isto é, uma área se concentra no Espaço de Livre Comércio que nos parece sumamente importante, porque é um dos eixos substantivos da proposta, é como uma área pesada, e a outra área que se apresenta, pareceria ser mais *soft*, que tem a ver com a cooperação e com a área de assistência técnica. Portanto, percebe-se um pouco de desequilíbrio na sua importância, como área substantiva. Isto, logicamente, como contribuição para continuar a discussão.

O fato de que algumas Representações manifestem que a área de cooperação e assistência esteja na área dos PMDERs como uma área substantiva, consideramos interessante e agora não podemos dizer se nesse formato de fusão ou de exclusividade, seja somente de PMDERs ou com algum outro formato, mas como está apresentado, parece que o Espaço de Livre Comércio tem um peso específico forte junto a uma área de cooperação e assistência técnica. Isso como uma primeira aproximação em termos de processos substantivos ligados à ALADI.

O outro tema que reiteramos, porque em outra oportunidade já fizemos, é o dos processos de apoio. Insistimos que há áreas que como processo de apoio atravessam toda a gestão da ALADI, nesse momento, opinávamos que uma área dessas tem a ver cada vez mais com o tema da gestão da informação. O tema da sociedade da informação, da gestão de informação e da tecnologia poderia ser relevado do espaço onde atualmente está, porque não somente está restringida para cooperação e assistência técnica. Ou seja, o trabalho que deve ser feito no Espaço de Livre Comércio, se não tem a ver com informação, que poderia contribuir com muito poucos elementos para os acordos e negociações dos países.

Somado a isso consideramos interessante uma contribuição feita pela Representação do Paraguai relacionada com a área das comunicações, expressa ele, e que na proposta da Secretaria-Geral está incorporada à área de relações institucionais. Cremos que a área da gestão da comunicação ou da informação também é muito importante. Além disso, lembrávamos que a revisão de um documento apresentado, em sua oportunidade, pela Representação da Argentina, em 12 de maio, documento 2010, ligado à área de cooperação e divulgação e funções importantes que deveria desenvolver a ALADI neste novo papel da divulgação. Eu o limitaria ao tema da gestão da comunicação, que é realmente interessante e importante para continuar projetando o trabalho que faz a ALADI como Associação Latino-Americana de Integração.

E os outros que são processos de operação, que aqui os identificamos como processos de terceiro nível, são processos que, logicamente, apóiam, mas também operam, tornam possível que os processos estratégicos, os processos substantivos tenham sentido e estejam bem encaminhados e digam que a ALADI está cumprindo realmente um novo papel.

Na verdade, para nós também é importante poder chegar rapidamente, não pela elaboração de mais documentos, como diz o Chile, que talvez complicaria, mas para estabelecer algum mecanismo onde, inclusive, não sei se a Secretaria poderia decidir algum esquema rápido- onde algumas Representações, se desejassem apoiar uma revisão coletiva das propostas, ajudaria a fazer alguma coisa que não ficasse somente nos diversos comentários que estamos fazendo se não, talvez, em um esquema que pudéssemos acordar. Tenho a certeza de que as Representações estarão dispostas a apoiar esse trabalho. Por enquanto, isso é tudo. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado à Delegação da Venezuela. Tem a palavra a Representação do Peru e depois a Representação do Paraguai.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Obrigado, Presidenta. Escutamos com muita atenção todas as intervenções e vemos com muito prazer que estamos chegando a um acordo.

Desejaria, em primeiro lugar, ressaltar a preocupação expressada por algumas Representações, com as quais coincidimos, no sentido de que colocar somente os PMDERS na área de cooperação e assistência técnica, limitaria, de alguma maneira, não a importância que têm os PMDERS, no que é o processo do Espaço de Livre Comércio, do estabelecimento da área de livre comércio, no desenvolvimento do ELC e deveríamos encontrar alguma fórmula, de maneira que ambas as áreas também se encarregassem, como manifestou o Paraguai, posteriormente a Venezuela e outras Delegações, de compatibilizar estas coisas, isto é, que os PMDERS também façam parte e mais importante do que o desenvolvimento do ELC.

Coincidimos também com o que é a incorporação deste processo CAN-MERCOSUL, de maneira que fique registrado que é o Escritório de Relações Institucionais. Consideramos a proposta do Uruguai muito sensata e, igualmente, coincidimos com o ponto 10 que manifestava o Embaixador Pericás, no sentido de que este é um processo dinâmico, que terá uma etapa que se estenderá até 2008, e como já começaram a apresentar propostas a fim de avançar nas discussões, e em prol de propiciar uma decisão consensuada a todos estes temas, desejaria propor, formalmente, a fusão do escritório de relações institucionais, tal como está apresentada no organograma e a divisão administrativa, isto é, não separá-las, em uma única unidade orgânica, visando priorizar, certamente, o uso eficiente dos recursos da Organização e os cargos vinculados a esta área para um melhor funcionamento e administração financeira da ALADI e por isso considero que a denominação dessa unidade orgânica e o nível da mesma seja de uma Direção Executiva, pela sua responsabilidade e importância e lembrando que por isso, deveria ter o mesmo nível de caráter administrativo, que o que no futuro se denominará subsecretarias, ou seja, o segundo nível sem entrar no aspecto político dessa nova repartição, dessa nova criação, para evitar, justamente, mais debates.

Portanto, apresentei esta moção como uma contribuição da Delegação peruana, no entendido de que é conveniente flexibilizar posições e partindo da base de que o que seja acordado como organograma "final" será um processo dinâmico que pode ser ajustes, *au fur et à mesure*, até 2008, que é um período de transição. Por isso desejaria pôr sobre a mesa esta proposta concreta de integrar o escritório de relações institucionais e a divisão administrativa.

Por último, senhora Presidenta, também desejaria manifestar, coincidindo com o que acaba de expressar a Representação da Venezuela, que efetivamente foi uma preocupação nossa. Não participamos disso porque ia ser uma nova proposta, mas foi proposto pela Venezuela, no sentido de que o Departamento de Informação e Estatística deveria, talvez, estar em um nível de algum tipo de assessoria, isto é, o que é um nível de apoio, porque obviamente pelas razões muito bem expostas por nossa colega da Venezuela, este item existe e é muito importante para o futuro andamento da ALADI.

Também desejaria manifestar que na área de cooperação e assistência técnica se for incorporado o conceito de PMDERS, com o qual não estamos em desacordo, haveria que assinalar que a área de cooperação e assistência técnica não necessariamente deve abranger somente os PMDERS, mas a generalidade dos países e aquelas contribuições que todos possamos dar em favor do outro. Então, isso também deveria ser levado em conta no momento da discussão do que será nosso organograma. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigado à Delegação de Peru. Tem a palavra a Delegação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Juan Carlos Ramírez Montalbetti). Muito obrigado, Presidenta. Cada vez mais lembro a intervenção da Presidenta e Embaixadora quando nos dizia que necessitávamos algum tipo de apoio metodológico para estes temas e estamos chegando a um ponto que, efetivamente, atuando de acordo com nosso critério que, normalmente, como não sou metodológico, posso ter graves equívocos, mas continuemos com isso.

Estou de acordo com a proposta da Delegação da Venezuela. Comunicações é uma área que deve ter um espaço muito importante e digo isto porque constatamos, especialmente nestes dias, com o desenvolvimento das deliberações dentro do MERCOSUL, o bombardeio e as apreciações, algumas certas e outras muito equivocadas com relação ao que estava acontecendo. Acontece a mesma situação com a ALADI.

Creio que o Secretário-Geral teve a oportunidade de fazer contatos com alguns setores em Assunção para ver também a escassa informação ou quantos erros de apreciação sobre o que está acontecendo atualmente na ALADI, sobre o que aconteceu na imprensa do Paraguai nesse sentido. Por conseguinte, adiro à tese de que comunicações deve ter um espaço importante e coincido em que poderia estar não fusionado com a divisão administrativa que tem uma especialidade. Proporia que, como seria uma área nova, tratasse o tema relações institucionais que se trata, precisamente, de conectar-se não sei, por isso talvez esteja equivocado na minha apreciação, mas considero categórico que deve ter um espaço próprio. Para não criar departamentos ou chefias creio na proposta do Peru ou a outra proposta, no sentido de que esteja incluída em relações institucionais ou na parte de divisão administrativa, mas o importante é ter um espaço próprio, essa é a primeira questão.

A segunda refere-se a uma proposta do Brasil e estou absolutamente de acordo com isso. Deve existir uma inter-relação e manifestei ao Secretário-Geral que a proposta de que as áreas de desenvolvimento estejam a cargo de três departamentos e na outra área a cargo de três departamentos dá a impressão de que são setores excluídos, por isso compartilho da apreciação com o Embaixador Pericás quando diz que deve existir uma interconexão, uma inter-relação, não sei se estou certo ou não, mas considero que a Secretaria-Geral deve ter uma supervisão direta, deve haver uma dependência direta de todos estes Departamentos da Secretaria-Geral para que estes Departamentos, estas áreas de desenvolvimento se interconectem e se mantenham em todos estes departamentos de serviço que estão abaixo, como acontece com estes seis.

Vou ser didático e os senhores vão me desculpar. O responsável da área de desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio necessita trabalhar como departamento de informação e estatísticas, necessita trabalhar com o departamento de cooperação e formação. O que estiver a cargo do departamento de assistência técnica deverá estar relacionado com os acordos e negociações e com a promoção do comércio. A proposta de que não sejam excluídas creio que é acertada. Como fazemos para vinculá-las é outro tema, mas creio que honestamente deveríamos dar a possibilidade de que estas duas áreas se mantenham com os cinco ou seis departamentos que forem criados. Isso é tudo, Presidenta. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado à Delegação do Paraguai. Tem a palavra a Delegação do México, depois a do Peru e, posteriormente a da Colômbia, Argentina, Chile e o México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Obrigado, Presidenta. Recebi o documento apresentado pelo Secretário-Geral, apenas na segunda-feira à tarde. Portanto, tive pouco tempo, realmente de estudá-lo com precisão e sim temos várias observações específicas sobre vários dos aspectos desta proposta e apenas vou referir-me, em termos muito gerais, ao que pude reflexionar sobre a proposta.

Em primeiro lugar, queria referir-me à apresentação feita pelo Secretário-Geral da proposta. O Secretário-Geral nos diz como primeiro ponto que a Secretaria-Geral apresenta ao Comitê a proposta encomendada pela Resolução 282 do Comitê. Creio que conhecem a posição de algumas Delegações desta Resolução, inclusive foi discutido a nível de Chefes amplamente e vimos que esta proposta, esta Resolução 282 não tem validade, foi tomada como uma medida cautelar, em caráter urgente e provisório, e perdeu seu efeito por não inovar depois do Conselho de Ministros porque a Resolução 282, que é de 22 de junho de 2004, que encomenda ao Secretário-Geral que nesse momento era o Secretário Rojas, e dá um prazo de um mês está totalmente superada e isso foi discutido na reunião de Chefes. Então, em primeiro lugar, queria fazer essa observação. Nos parece que não deveria responder a essa Resolução, mas à Resolução exclusivamente No. 60 que está atualmente em vigor.

Em termos gerais cremos também que o segundo nível deve apoiar o Secretário-Geral em cumprimento de suas funções. As relações institucionais deveriam corresponder a três funcionários da cúpula, não é necessário criar estruturas adicionais para fazer este tipo de função, que deve estar desenvolvida pelos funcionários da cúpula, e outra terceira reflexão que queria fazer, já que se está falando de questões administrativas e que não necessitaríamos somente administrar o que não temos, mas devemos encontrar uma fórmula para a solução definitiva do endividamento e um sistema de financiamento que garanta o adequado funcionamento da Organização. Não é possível continuar ignorando esta situação. Ontem acabamos de receber à noite, vi qual é a situação de endividamento tão terrível em que se encontra a Organização e não estamos dando a ela nenhum espaço.

Creio que, logicamente, não vamos resolver todo de uma vez e a flexibilidade é importante, mas sim devemos resolver quem possa organizar com capacidade técnica a reestrutura de nossa Secretaria. Eu proporia criar um Grupo de Trabalho aberto e que todas as Delegações estivessem informadas quando se reúne o Grupo de Trabalho porque são várias as observações que há a esse respeito. Não podemos fazer um exercício simplista nisto. Portanto, reiteraria que nos dediquemos à solução do tema da cúpula para poder trabalhar com pessoal capacitado tecnicamente a fim de realizar a adequada reestruturação. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigado à Delegação do México por sua intervenção. Tem a palavra a Delegação do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride) Obrigado, Presidenta. Em primeiro lugar, somente para fazer um esclarecimento. Considero que ou me expressei mal ou fui mal interpretado pela Representação do Paraguai, no sentido de que quando mencionei o que era o item "Informação e Estatísticas" nunca propus que fosse vinculado ou incorporado a esta fusão que propus do Escritório de Relações Institucionais e da Divisão Administrativa, isso é uma coisa.

Sim tinha assinalado, minha coincidência com a Venezuela, no sentido de que este item esteja em um nível mais alto de apoio do que é a estrutura global da Organização. Isso em primeiro lugar, para que fique devidamente esclarecido.

Em segundo lugar, para ver que as paradoxas existem e surgem, agora estamos iniciando uma análise de convergência necessária partindo dos PMDERs entre a área de desenvolvimento do ELC e a área de cooperação e assistência técnica com a incorporação dos PMDERs. Mas o fato é, e isto desejaria manifestá-lo, que isto teria sido evitado se tivéssemos aceito originalmente o que foi a proposta de um único Diretor Geral na Organização. Mas, como não foi aceito ficou pendente e obviamente deveremos solucioná-lo de maneira de abranger e simplesmente de que se relacione adequadamente.

Da mesma maneira que estamos fazendo nos processos de integração regional, a Comunidade Andina está integrada ao MERCOSUL e agora a Comunidade Andina vai integrar-se ao MERCOSUL, então somente para deixar constância destes aspectos, senhora Presidenta, e depois já me referirei às observações que temos sobre o que será a aprovação, em algum momento eventual, de mais de um grupo de trabalho, mais análise, mais tempo vamos demorar em aprovar o organograma do que é a reforma estrutural da ALADI. Obrigado, Senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigado à Delegação do Peru. Tem a palavra a Delegação da Colômbia, da Argentina e do Chile, em sua ordem.

Representação da COLÔMBIA (Alfonso Soria). Obrigado, senhora Presidenta. Desejaria dar a palavra ao Paraguai que deseja fazer um esclarecimento sobre.....

PRESIDENTA. Com muito prazer. Tem a palavra o Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Juan Carlos Ramírez Montalbetti). Obrigado, Presidenta e muito obrigado pelo esclarecimento porque aqui percebemos de maneira equivocada, portanto, estou-me retificando. Muito Obrigado, Embaixadora.

PRESIDENTA. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alfonso Soria). Muito Obrigado, Presidenta. Em nome do Governo da Colômbia queremos agradecer todos os esforços da Secretaria-Geral por entregar-nos este projeto, no prazo mais breve possível, dentro dos termos. Igualmente desejo manifestar que para o Governo da Colômbia é importantíssimo que nesta estrutura seja conservado o equilíbrio geográfico, político e técnico. Portanto, consideramos que neste momento estamos na parte dos detalhes e desejaríamos propor, finalmente, se podemos chegar a um acordo, na definição dos segundos níveis.

Para o Governo da Colômbia é importantíssimo porque isso criaria uma dinâmica dos outros. Somos conscientes de que este processo de estrutura, entrar a considerar os detalhes e a corrigir o ponto e vírgula nos levaria muito mais tempo, então, consideramos importante definir o segundo nível. Para nós é importante a maneira de como está apresentado o segundo nível, que se mantenha esse equilíbrio e a importância que tenha uma conotação eminentemente política. Sim vamos chamar aos que são cargos de caráter político que desejamos manter e que continuam porque fazem parte da representatividade dentro da Instituição como tal.

Queremos cumprimentar, e consideramos de vital importância na inclusão não somente do Escritório das Relações Institucionais e no sentido como já falou a Venezuela e

outras Delegações que é fundamental dentro deste novo processo do papel da ALADI, este novo escritório que consideramos como uma ponte de comunicação com todos os outros processos de integração, com a CAN, com o Grupo do Rio, em geral, com todos os processos e com toda essa nova participação que queremos de nossa Associação dentro do contexto latino-americano.

Por outro lado, como temos um organograma, observamos todas as preocupações sobre como devem interatuar os diferentes Departamentos. Nós consideramos que isso faz parte do dia a dia e do funcionamento e a maneira como se entrelaçam os departamentos, faz parte já do cotidiano da organização, a qual é impossível vê no organograma. Não por isso pensamos que todas as relações que podem ter entre os Departamentos são como ilhas separadas, mas fazem parte da estrutura como tal, mas para a Representação da Colômbia é importantíssimo sair das pequenas coisas e definir uma questão importante que é o segundo nível onde se mantenha o conceito e o equilíbrio político, técnico e geográfico e deixemos os terceiros níveis, para depois. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Obrigado à Delegação da Colômbia e tem a palavra a Delegação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Escutamos com muita atenção as preocupações e reflexões que nos fazem as outras Delegações e dentro desse esquema queríamos fazer uma pequena contribuição.

Está o tema da imbricação entre as duas áreas que mais ou menos estão definidas e permito-me manifestar que essas duas áreas, em primeiro lugar, uma dependência do Secretário-Geral, isto é, que não é necessário que cada um das áreas esteja imbricada diretamente com a outra porque se supõe que o Secretário-Geral é o que vai fazendo entrecruzamento entre cada um dos Departamentos.

Por exemplo, manifestou-se que o Departamento de Informação e Estatística obviamente é importantíssimo em sua tarefa para o Departamento de Promoção do Comércio e Desenvolvimento da Competitividade, mas também temos acima desta estrutura a figura do Secretário-Geral, mas adicionalmente há um Comitê de Coordenação que se supõe que deverá fazer o entrecruzamento para que, por exemplo, no que se refere a PMDERs haja como assinalou a Delegação da Venezuela um entrecruzamento ou transversalidade a todas as tarefas.

Isto como reflexão. Adicionalmente cremos que o tema de comunicações ao qual damos a máxima importância, porque cremos que foi um deficit notório da ALAD durante todo seu desenvolvimento, deveria estar junto com o Escritório das Relações Institucionais, porque ambas as tarefas estão intimamente vinculadas. Na verdade, temos dúvidas se esse escritório também deve abranger a Divisão Administrativa porque consideramos que são funções totalmente diferentes, a de Relações Institucionais e Comunicações com o que é o manejo administrativo, inclusive creio que se em algum momento definimos perfis destes funcionários, obviamente não tem nada a ver o perfil de um funcionário encarregado das Comunicações e das Relações Institucionais com alguém que seja responsável da Divisão Administrativa.

Como em seu momento não mencionamos este tema, Presidenta, desejo manifestar que considero sumamente útil recolher o critério apresentado pela Cuba em sua oportunidade e que já teve o apoio de outras Delegações no sentido de que estamos em um esquema transitório até 2008. Isto nos permitirá durante o período até que se cumpra esse mandato ou esse período, analisar mais pormenorizadamente e à luz da experiência

adquirida deixamos já as portas abertas para que perante eventuais mudanças que se produzam em relação às circunstâncias gerais possamos adequar a estrutura da ALADI ao que as exigências desse momento indiquem.

Está claro que hoje estamos iniciando um caminho, que devemos resolvê-lo rapidamente. Isso nos levará, certamente a imperfeições e é bom deixar a porta aberta para que estas imperfeições possam ser corrigidas no futuro. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigado à Delegação da Argentina. Tem a palavra o Chile e posteriormente o Brasil.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado, Presidenta. Desejaria, também, de forma sintética, enfatizar o tratamento do segundo nível. Creio que devemos dar-lhe prioridade.

Segundo, penso que devemos enfatizar os aspectos de comunicações, portanto, também creio que é importante que o Escritório de Relações Institucionais tenha essa dimensão de comunicações, ambos os temas estão, sem dúvida, iminentemente relacionados.

Em terceiro lugar, creio que a nova estrutura deve também dar cabimento aos temas culturais, educacionais, científicos e tecnológicos, assim como acadêmico, que é um tema não menor e que está estabelecido no Artigo 5 da Resolução 60 (XIII) do Conselho de Ministros. Creio que é algo que devemos pensar seriamente e contemplar em nossas deliberações.

Em quarto lugar, creio que há alguns temas de denominação que são importantes em uma estrutura. Vou referir-me somente a um que creio é o mais importante que é o da área de desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio, embora isso esteja diretamente relacionado com o mandato que temos, penso que restringe um pouco o trabalho dessa área e deveria, portanto, ser denominada de forma mais ampla, talvez de Negociações de Livre Comércio, a idéia é outorgar-lhe uma denominação mais genérica que seja compatível com os objetivos globais que os propomos na região em um horizonte mais amplo e flexível e estou pensando, de alguma maneira, no que seria a Comunidade Sul-Americana de Nações no futuro.

Isso se baseia no fato evidente, que a estrutura de uma Organização não pode ser definida levando em conta somente os objetivos com tempos sujeitos à conjuntura, mas é algo, logicamente discutível.

Por último, coincido com o Embaixador Olima quanto a que a tarefa da Secretaria-Geral é justamente relacionar, coordenar a tarefa desta estrutura, caso contrário, teríamos apenas uma estrutura vertical que, logicamente, não nos serviria de muito. Obrigado Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigado à Delegação do Chile. Tem a palavra a Delegação do Brasil e posteriormente a do Uruguai.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Presidenta. Não vou entrar em muito detalhe sobre as propostas porque realmente não tivemos tempo para estudá-las de forma pormenorizada, principalmente depois das observações interessantes que escutamos, mas queria voltar somente a um tema que creio foi objeto de preocupação de

várias Delegações que é esta questão de integração entre as diversas Direções e Departamentos dentro da estrutura.

Nesse sentido estava olhando a proposta de organograma apresentada pela Representação do Paraguai que, sem entrar nos detalhes, do meu ponto de vista parece responder melhor a esta idéia de coordenação imediata, e sobretudo, que uma determinada direção possa servir de apoio a qualquer dos Subsecretários, Secretários Adjuntos, Diretores ou o que seja de segundo nível. Creio que este fluxo é muito importante para permitir que não se trabalhe de uma maneira excessivamente compartimentada. Entendo que o Secretário-Geral propõe, como um método de trabalho, mas creio que a estrutura deve ser entendida de maneira que permita ao segundo nível ter o apoio de todo o terceiro nível indistintamente, esse é somente um comentário de caráter geral antes de poder estudar a fundo a proposta. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigado à Delegação do Brasil. Tem a palavra a Delegação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure). Senhora Presidenta, um pouco no mesmo sentido do que referia o senhor Representante do Brasil e a fim de dar certa flexibilidade ou melhor dito, maior flexibilidade a esta estrutura que entendemos é transitória que queremos, de alguma maneira, aprovar e ir adaptando-a às necessidades que se apresentem, permitimo-nos reiterar a necessidade de que as funções que sejam outorgadas aos diferentes Departamentos possam ser redistribuídas na medida em que o Comitê de Coordenação, neste esquema, o considere necessário, para que possamos aprovar uma estrutura hoje com determinadas funções, mas se realmente no andamento se observa que é necessário que as mesmas sejam cumpridas por um Departamento ou outro, ou um Departamento esteja sobrecarregado por alguns trabalhos, já que há, em muitos casos, duas ou três áreas diferentes, essas funções possam ser distribuídas.

Penso que deveríamos aprovar uma Resolução ou um acordo nesse sentido, para que as funções dos departamentos possam ser redistribuídas por proposta do Comitê de Coordenação, por parte do Secretário-Geral, permitiria que aprovássemos funções para os departamentos sem torná-las rígidas a um Departamento específico.

No mesmo sentido, apoiamos a proposta da Delegação do Brasil de que ambos os Subsecretários possam supervisionar todos os Departamentos sem prejuízo de que no funcionamento da Secretaria lhe seja outorgada a responsabilidade a um Subsecretário de supervisionar alguns Departamentos e ao outro supervisionar os outros. Mas, penso que esses dois esquemas permitiriam certa flexibilidade que nos daria a oportunidade de aproveitar uma estrutura que pode ser modificada de acordo com a necessidade de seu funcionamento. Obrigado.

PRESIDENTA. Há alguma outra Delegação que deseje fazer uso da palavra? Agradeço a todas as Delegações suas intervenções e posso resumir da seguinte maneira:

Há expressa vontade de enquadrar todas nossas atividades, os passos a seguir e esta discussão, dentro do consenso que realizamos o passado 2 de junho em Reunião de Chefes de Representação, documento que fica já registrado em atas de acordo com o pedido da Delegação Argentina.

Neste documento temos dez bases, dez ações concretas, da qual a número 10 necessitava e requeria ser formalizada pelo Comitê de acordo com as intervenções feitas pelas diferentes Delegações. Entendo que temos uma aprovação consensuada de que a

estrutura do segundo nível se conserve e se realize de acordo com a proposta cubana, pelo período 2005-2008.

Se isso não for assim, desejaria que qualquer Delegação esclarecesse o ponto. Estou falando do que compreendi. Se alguém pensa que estou dizendo alguma idéia de maneira inadequada ou que não corresponda a suas idéias abro este espaço.

De acordo com isto também considero que é necessário definir o segundo nível –o qual seria a primeira decisão que tomaríamos como Comitê- para posteriormente continuar discutindo os temas da reestrutura que cada uma das diferentes Delegações expressaram suas preocupações e comprovou que deve estudar mais profundamente, embora, de modo geral, foram expressadas as diferentes áreas, de provavelmente mudar as denominações das mesmas defendendo a importância delas como mencionou a Delegação do Chile, no tema do Espaço de Livre Comércio, mostrar que há uma área dinâmica e que são temas de negociações que possamos refletir a relação entre as áreas. Estes temas devem ser estudados mais profundamente.

Há uma proposta da Delegação do Paraguai da qual algumas Delegações opinam, precisamente o Brasil, que poderia refletir a preocupação expressada por todos. Existe o tema da necessidade de elevar ao nível que corresponda, com a importância que desejamos projetar junto à ALADI e dentro do novo esquema, seja político, e o alcance do impacto que cremos possa ter nossa identidade ao tema da comunicação, difusão e divulgação dos esquemas que está trabalhando a ALADI e do alcance que se deseja ter.

Mencionou-se, igualmente, a necessidade de fortalecer e refletir no organograma a posição e disposição dos países-membros frente aos países de menor desenvolvimento econômico relativo e como vincular isto com o tema da cooperação e assistência técnica sem que isso exclua as outras funções importantes e necessárias para os demais países-membros da Associação.

Falamos também de algumas propostas que deveremos estudar posteriormente como a da integração das áreas institucionais, comunicações e/ou sua separação frente à área administrativa.

De maneira muito rápida, mas tratando de sintetizar nossas discussões, o que temos para dizer hoje é:

Primeiro, determinar e reiterar a aprovação do papel consensuado da Delegação do Chile distribuído em Chefes com seus dez pontos. Convida a que as Delegações se expressem em relação ao que acabo de dizer para poder aprovar ou não este primeiro documento.

Segundo, quais seriam os passos a seguir? Há dois que são primordiais, reiterar a temporalidade da proposta apresentada 2005-2008 e entrar a definir o segundo nível como primeira instância.

Essas são as propostas que submeto a consideração do Comitê.

Se não ha nenhuma intervenção, devo supor que estamos de acordo ou que não estamos de acordo?

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Não estamos nem de acordo nem em desacordo. Necessito uma informação formal de minha Chancelaria sobre alguns temas que estão contemplados na estrutura, não posso considerá-lo aprovado *a priori*.

PRESIDENTA. Estou falando do documento que tem os seguintes pontos. Gostaria de recordá-los porque basicamente do que falamos é do mandato de racionalizar a ALADI, de que as funções e a eficiência estejam enquadrando o critério dos cargos com a representação dos países, é a conveniência da existência de um segundo nível, então não me estou referido à proposta de reestruturação, mas à de enquadrar as proposta dentro destes dez pontos. Está claro? Por favor, Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Creio que no que se refere ao papel de consensuar em Reunião de Chefes de Representação, se entendi bem, o que tinha pedido a Argentina era que fosse incorporado à ata desta reunião para que tivéssemos constância de que tínhamos chegado a este acordo. Não me parece que seja questão de discuti-lo ou aprová-lo novamente, a não ser que se deseje mudá-lo.

Estava lembrando que nesta proposta que tínhamos consensuado estava o tema proposto pela Cuba na mesma reunião, além de outras propostas que fez, que esta proposta se apresenta para o período 2005-2008 e concordamos em que neste período o Comitê examinaria novamente estes temas em todos seus aspectos e nisso creio que estamos todos de acordo.

PRESIDENTA. Permito-me responder-lhe que estamos todos de acordo, de maneira que o que estou definindo e determinando é que estamos todos de acordo dentro destes pontos de nossas futuras ações.

Desejo manifestar que há algo essencial para ressaltar, que é a temporalidade 2005-2008. Considero de vital importância pôr nesta Mesa em claro que o que vamos fazer está contemplado no período 2005-2008 para continuar no processo de ajuste da estrutura. Por isso me permiti reiterar este ponto sem mudar uma palavra do texto nem do espírito.

Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Juan Carlos Ramírez Montalbetti) No mesmo espírito. Creio que a grande maioria destes conteúdos transformar-se-ão depois em Resoluções, algumas ingressarão, outras não, de acordo com a natureza das decisões que tiverem adotado, porque algumas são nada mais que guias para nosso trabalho e nossa ação, outras, porém, deverão concretizar-se em Resoluções. Portanto, creio que não vale a pena falar mais deste assunto e devemos considerá-lo incorporado a nossos registros e avançar.

PRESIDENTA. Então a passagem é como vamos avançar, mas antes dessa reflexão convido a Argentina a fazer uso da palavra, como solicitou.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). O único que desejaria dizer é que para recolher o tema da transitoriedade, na qual creio que todos coincidimos, há um projeto de Resolução, que em algum momento sofrerá os ajustes necessários, mas ali mesmo, nesse projeto de Resolução, onde seja aprovada a estrutura, indicar que aprova para o período 2005-2008.

PRESIDENTA. Desejo perguntar à Delegação da Argentina se está apresentando esta proposta para ser considerada agora ou em outra oportunidade.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidenta, há consenso sobre o documento. Então, estou falando simplesmente de uma metodologia para refletir esse consenso no que se refere à transitoriedade.

PRESIDENTA. Muito obrigado. Tem a palavra a Delegação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Em relação ao que indicava o Representante da Argentina considero que não é, na realidade, que a transitoriedade se refira a toda a estrutura. Logicamente, há um elemento de flexibilidade, mas este papel, segundo tenho entendido, refere-se aos segundos níveis nada mais, não ao resto.

A flexibilidade é um elemento que já se incorporou em toda a estrutura. A estrutura se adaptará a nossas necessidades, mas tenho entendido que não ficaria estagnado do que é agora até 2008.

PRESIDENTA. Evidentemente, dentro da apresentação que fiz tratando de recolher as diferentes opiniões e fazendo uma síntese expliquei que isto é, como o senhor manifestou, uma temporalidade definida para o segundo nível, porque vamos continuar discutindo. Aqui falamos que vamos continuar discutindo a reestruturação do resto da Secretaria sem que isso suponha tempo, isto é, o segundo nível deve ser reestruturado. O segundo nível não, perdoem. Deve ser reestruturada a concepção geral da atividade, mas o segundo nível é quem tem a temporalidade. Isso foi o que falamos porque vamos continuar trabalhando para outorgar.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Perdoe Presidenta, mas não é assim. Em seu momento dissemos que todos os temas da reestruturação, inclusive, lembro que se falou do tema das quotas. Lembramos que se falou do critério de Representação por setores, por países, etc.

O ponto 10 diz claríssimo, que esta proposta, a proposta geral que aprovemos para o período 2005-2008, nesse período o Comitê de Representantes reexaminará estes temas em todos seus aspectos. Não estamos falando somente do segundo nível. Além disso, Presidenta, em meu esquema onde solicitei que fosse incorporado este ponto 10 à Resolução, manifestei que isto deixava as portas abertas para poder adequar o funcionamento da ALADI às demandas que se produzirem.

Isto é, não estamos falando somente do segundo nível, estamos falando de toda a estrutura da ALADI, de como cumprir melhor seus papéis, etc. Portanto, não é somente o segundo nível o que está em esquema de transitoriedade.

PRESIDENTA. Agradeço à Delegação da Argentina e desejo, antes de dar a palavra ao Secretário-Geral e à Delegação do Peru, fazer algumas precisões. Compreendemos muito bem que é interesse nosso continuar revisando a estrutura total da Associação e simplesmente que tínhamos a decisão coletiva de que o segundo nível, que é o que gerou as diferenças entre nós, seja solucionado de forma particular, transitória, e que para que exista essa transição suave, de que fala a Cuba e reiterada por outras Delegações fosse estabelecida uma temporalidade 2005-2008 sem que isso signifique o não estudo e a não revisão da totalidade da Organização e da Associação. Isso é o que quis expressar e espero que esteja coincidindo, com clareza com o manifestado pelos senhores.

Portanto, depois de fazer essa precisão, tem a palavra a Delegação do Peru, da Delegação de Cuba e depois o Secretário-Geral.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Minha intervenção é muito breve, senhora Presidenta. Somente para coincidir mais uma vez, de maneira absoluta e total, com a Representação da Argentina. O entendimento nosso é exatamente o que acaba de expressar o Embaixador Olima.

PRESIDENTA. Obrigado, tem a palavra a Cuba.

Representação da CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Desejo, também, ser breve. Quando começamos propondo o período de transição e de temporalidade nos referimos, naquela ocasião, pela primeira vez, ao segundo nível, mas indiscutivelmente no decorrer das reuniões observamos que havia vários aspectos visíveis que não iam poder ser resolvidos neste momento e a fim de contribuir com isso estendemos esse período de transição de toda a estrutura da Secretaria a todos os aspectos que podem ser discutíveis, porque consideramos que, neste momento, as soluções de determinados aspectos que se realizem o mais rapidamente possível contribuirão a que os trabalhos possam realizar-se. Mas, queremos esclarecer que se ampliou o espírito,

PRESIDENTA. Muito obrigada à Delegação da Cuba. Tem a palavra o senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta. Muito brevemente. Primeiro para expressar o reconhecimento da Secretaria-Geral a todas e cada uma das intervenções efetuadas nesta sessão, a meu juízo extremamente frutíferas.

Em segundo lugar, a Secretaria-Geral tomará devida nota de aspectos ligados a um processo de elaboração e não a uma fórmula congelada da própria formulação, mas devemos estar atentos a aspectos que foram apresentados aqui e que deverão refletir-se nela.

Em terceiro lugar, insistir, com o devido respeito, em que, a juízo da Secretaria-Geral, há um tema, diria, de alguma maneira, peremptório ou para dizer de outra maneira que requer uma decisão imediata que é o tema do segundo nível e, portanto, a juízo da Secretaria se o Comitê de Representantes tiver uma opinião favorável nesse sentido, seria um avanço indubitável em nosso esquema de trabalho e outros aspectos vinculados estritamente à reestrutura, às diferentes unidades de trabalho e a suas inter-relações, perfeitamente pode acompanhar o processo de decisão do segundo nível, mas caso hajam comentários, sugestões, inclusive em alguns casos, propostas formais que se encarregam, precisamente, destes aspectos, considero que, a juízo da Secretaria, uma definição oportuna sobre o segundo nível é o pedido que respeitadamente nos permitimos fazer e é esse ponto, sintetizando, e repito, sem deixar de agradecer a atitude de todas e cada uma das Delegações pelo espírito claramente construtivo com que estamos trabalhando na manhã de hoje.

PRESIDENTA. Muito Obrigado ao Secretário-Geral. Cada vez nos vamos aproximando mais realmente às nossas necessidades.

Considero que, de acordo com nossa agenda de hoje, esta sessão deveria continuar com uma Reunião de Chefes que pode ser muito curta ou muito longa, dependendo de nós, para definir justamente os passos a seguir e poder, dessa maneira, convocar uma posterior reunião do Comitê para continuar avançando no tema da estrutura.

Não sem antes lembrar-lhes que amanhã, de qualquer maneira, temos outra sessão que proporia, com o devido respeito por todos para continuar em nossa discussão, que a agenda de amanhã, salvo seu último ponto, que é o convite ao Subsecretário de Cultura da Argentina o mantenhemos e sigamos com nossa discussão da reestrutura. Considero que é o que corresponde, que é o lógico, então faço essa proposta. Damos por concluída nossa sessão hoje, Vou dar a palavra a todas as Delegações que a solicitaram e proponho uma segunda reunião para continuar este tema amanhã e adiar para a seguinte semana o temário e agenda propostos para amanhã.

Tem a palavra a Argentina e posteriormente o Chile.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Talvez, esteja consultando a opinião dos colegas. Nós temos urgência em aprovar formalmente a criação do Grupo de Trabalho que estava prevista para amanhã. Digo isso porque sei que a Secretaria-Geral também esteve trabalhando no tema, inclusive propõe uma informação ao Comitê sobre sua atividade.

Então, se amanhã não tratássemos este tema passaria para a próxima semana. Talvez como este projeto de Resolução foi amplamente debatido e discutido, necessitamos somente a formalização da aprovação, inclusive creio que talvez estaríamos em condições de fazê-lo agora para não continuar atrasando um tema que consideramos importante pelos avanços realizados pela Secretaria a esse respeito.

PRESIDENTA. Há uma proposta concreta da Delegação da Argentina que pessoalmente recolho, mas proponho às Delegações que se manifestem sobre isto que seria a apresentação do tema para a aprovação hoje pelo Comitê da criação do Grupo de Trabalho de assuntos trabalhistas. Faça-me lembrar do nome exato, Embaixador. ...

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). O grupo de trabalho é sobre participação das forças produtivas no processo de integração. Lembro que este tema já foi conversado em duas reuniões do Comitê, foram feitas correções, etc, mas se alguma Delegação não estiver em condições de tratar o tema, não vamos insistir com o assunto, mas pensamos que nos ajudaria porque se houver consenso, resolveríamos este tema em um instante e poderia começar a funcionar o grupo..

PRESIDENTA. O Chile tem a palavra em relação a este ponto ou é outro diferente?

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Em primeiro lugar, o Chile não tem nenhum inconveniente em aceder ao pedido do Embaixador Olima. Segundo, creio que não é útil continuar adiando os temas de regime regular da Associação em prol desta discussão.

Minha Delegação, Presidenta, está esperando instruções sobre os documentos apresentados, portanto, não tenho muito mais para dizer para amanhã, a não ser que receba algo urgente esta noite, coisa que duvido. Portanto, pediria, e ademais tenho dois temas que estão para serem tratados há duas semanas sobre os Grupos de Trabalho dos quais o Chile é responsável e gostaria ter, talvez um minuto para poder explicar-lhe ao Comitê. Isso foi adiado a semana passada, penso que também tem um mérito de que nós procedamos a realizar o trabalho regular da Associação.

PRESIDENTA. Tem a palavra a Delegação do Equador.

Representação do EQUADOR (Leonardo Carrión Eguiguren). Simplesmente para apoiar a posição da Argentina para aprovar no dia de hoje a Resolução de criação deste Grupo de Trabalho. Temos discutido muitas vezes este tema, que foi em princípio aprovado. Faltavam detalhes da Resolução e creio que neste ponto podemos fazê-lo rapidamente, para que este Grupo possa começar a trabalhar.

PRESIDENTA. Submeto a consideração das Delegações a proposta da Delegação da Argentina para aprovar a criação desse grupo.

Foi aprovada a criação do Grupo?

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto) Senhora Presidenta, peço desculpas, mas o tema não estava na agenda de hoje.

PRESIDENTA. Acabamos de incorporá-lo de acordo a uma solicitação adicional da Delegação da Argentina e o apresentei dessa maneira ao Comitê.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto) Mas, para considerar um tema necessito, pelo menos, ter um papel frente a mim, de repente estamos com uma pressa extraordinária. Creio que podemos tratá-lo na sessão de amanhã porque, inclusive, se vejo bem a apresentação que tenho na agenda, as agendas em português, às vezes, são diferentes.

PRESIDENTA. Desejaria solicitar à Secretaria-Geral que apresente a agenda do dia de amanhã.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). A agenda de amanhã tem vários temas e depois há um intervalo e com a apresentação do senhor Subsecretário de Culto da República Argentina. Tenho a impressão de que não se prevê que o Subsecretário de Culto chegue às 9h45m. Portanto, terá um horário mais ou menos previsto. Poderíamos, rapidamente, amanhã, com esta agenda aprovar o que devemos aprovar e escutar o Subsecretário de Culto, porque não vamos entrar em outros temas muito mais longos de discussão antes da apresentação do Subsecretário. Proporia manter a agenda de amanhã e vir todos preparados para estes temas antes de escutar o senhor Subsecretário de Culto.

PRESIDENTA. Corresponde-me, como Co-Presidenta deste Comitê ser capaz de projetar as solicitações e recolher as posições de nossas Delegações. Portanto, estou de acordo com a apresentação da Delegação do Brasil, mas corresponde a todos os senhores também estarem de acordo com isso e para continuar tem a palavra a Delegação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. A proposta da Argentina era no entendimento de que amanhã, de acordo com o manifestado pela Presidência não ia realizar-se a reunião com a agenda que estava prevista, mas depois disso está o pedido do Chile e do Brasil. Portanto, retiramos a proposta de tratar este tema no dia de hoje. Tratar-se-á amanhã, de acordo com o previsto na agenda. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Portanto, há consenso sobre a agenda do dia de amanhã, manter-se-á e nos prepararemos para a próxima reunião do Comitê onde discutiremos os pontos que nos corresponde avançar.

Portanto, agradeço a todos sua apresentação e os convido a que uma vez finalizado este Comitê nos reunamos alguns minutos em Reunião de Chefes para acordar um passo. Encerra-se a sessão.

---